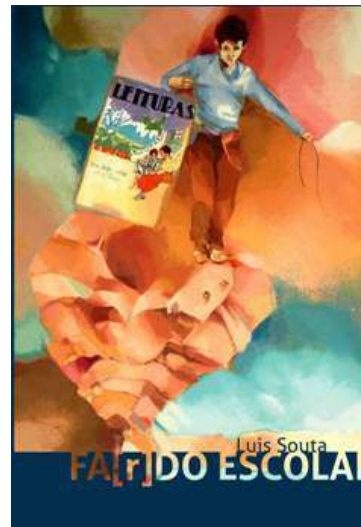


RECENSÃO CRÍTICA



Souta, Luís. (2014). *Fa(r)do Escolar*. Lisboa: Edições Exlibris

ALBÉRICO AFONSO

alberico.afonso@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Há por aqui, no interior destas páginas, a recuperação de uma memória e de um imaginário discente.

O livro de Luís Souta acompanha o percurso escolar do Arcílio da primária à faculdade.

A memória específica da escola nos seus diversos graus de ensino desagua numa outra memória circundante, a do país do Estado Novo.

Os primeiros anos escolares marcados pela autocracia do professor, o Silva Lobo, munido de régua, colocado no topo, logo seguido pela contínua, a dona Eulália, com o pequeno poder, mas poder, que funciona dentro do território contíguo à sala de aula. Os alunos de bata branca são os habitantes do chão piramidal.

Havia adultos que frequentavam a escola à noite. Mostravam-se com livros e cadernos e “exibiam a caneta no bolso de fora”. O estatuto de aluno era invejado numa sociedade de analfabetismo substantivo.

Uma escola apetrechada de livros de leitura a abarrotar de ideologia explícita a que cresciam os problemas de aritmética, espelhos ínvios do país que fomos: “com o estado novo abriu-se para Portugal uma época de prosperidade e grandeza” (pg.37); “A joaninha - pobrezinha mas muito lavada”(pg.37). Na aritmética para além das peças de riscado para fazer bibes, há o cálculo do ordenado de um homem para

pagar a renda de casa.

O *modus vivendi* social desfila perante nós nestas entrelinhas aparentemente anódinas. O ordenado de um homem, o chefe de família. Não se empregava então a palavra salário que tinha raízes noutras origens. Nem se falava do “ordenado” da mulher.

O léxico escolar (o puxanço, o custoso), as horas de ócio com o futebol e as bolas confiscadas pelo cabo-da-guarda, os momentos passados fora de portas a fazer recados ao professor, o exame da 4ª classe com a sua especialíssima coreografia de roupa nova e sapato brilhante, desfilam perante nós, reatando os laços com quotidianos que nos são familiares, já distantes e, no entanto, tão próximos, quando recordados.

A bata branca. A régua: moço que não é castigado não será cortesão nem letrado (pg. 41).

O professor com jornadas de trabalho intermináveis- depois do período escolar dava explicações para o exame de “admissão”. Trabalhava das nove à meia-noite. Salários exíguos.

Há acontecimentos da memória nacional que deixam marcas – A invasão de Goa/ o professor dorido e doente que não consegue dar aulas nesse dia – memórias da Índia e de um feriado (pg.35).

À medida que Arcílio vai crescendo acompanhamos os espaços delimitados em que a vida escolar ia prosseguindo.

Memórias. Memórias de uma infância que flui e se transforma em adolescência. A passagem da primária para o ensino liceal ou para a escola técnica.

O Liceu. O filtro social. Da sala de Arcílio apenas três tomaram o comboio para o ensino liceal.

A tristeza da constatação de que havia amigos que ficavam irreversivelmente para trás.

Lisboa. Descobrir a grande Babilónia amortecia tristezas. Havia um mundo novo no “casarão de quatro pisos “. Uma arquitectura hostil, esmagadora, de corredores imensos cheios de portas iguais. A experiência da escola pequena capitaneada pela dona Eulália negava o norte nos primeiros dias. O ritmo das aulas de cinquenta minutos a que se seguia um intervalo, a inexistência da régua, o friso diferenciado de professores, constituíam elementos de primeira água, a favor deste mundo que se abria.

Os sumários – leitura e interpretação do texto...; a aritmética metamorfoseada em matemática; as folhas de papel cavalinho para o desenho; os sinais improváveis da palavra élève a que se seguiam os sinais

de menos na caderneta; as disciplinas que “não contam para a nota”, (pg. 61) compunham então as novidades de um microcosmos escolar que passada a perplexidade inicial se ia transformando em rotina.

Uma rotina também habitada por práticas circum escolares com a “Bufa” de braço estendido e farda completa a marchar em recepções oficiais.

Dias que se somavam à vida, ao crescimento escolar possível no quadro bem definido, categoricamente gizado do ensino estadonovista.

Também aqui há vocábulos, expressões, conotações, gestos, que, de repente, nos assaltam: o chefe-de-turma e a sua simbologia de comando; a turma que se levanta à entrada do professor; a bola de trapos, a trapeira, confeccionada nos confins do bairro da Graça; “os pontos”, exercícios escritos, com os seus brindes de ansiedade; os guaches, os godés, o tira-linhas, palavras distantes.

O caminho para a Universidade ia-se fazendo. O ISCSP-U marcava a etapa final da maratona escolar. Aulas mistas, pela primeira vez na vida, exames com consulta, aulas só durante a manhã, faltas sem consequências, terminologia discente inovadora com os alunos “ordinários” e “voluntários” a marcarem vidas diferenciadas pela idade a que acresciam frequências tardias e diversas experiências de vida.

Uma escola sui generis dada a indisfarçada ideologia explícita, a instalação física num palácio e as faixas etárias que a frequentavam.

Mas nem aí o fim de festa do regime deixou de se fazer sentir. Rebeldias estudantis rapidamente vão ascender à condição de rebeldias políticas, com a divulgação dos relatos e fotos do massacre de Wiryamu de 1972 (pg.123). Isto, na sede ideológica da política “ultramarina”, que apenas a crise estudantil de 69 havia abalado, pairando como um fantasma no ensino superior destes anos de decadência do fascismo português. O regime destes tempos, com aquela imparável vocação para um fim estrondoso, tentava à sua maneira evitar o inevitável. Já o fim inexorável se pressentia e ainda o director proibia que na cantina se ouvisse música com palavras. “Só instrumental e, de preferência clássica”

Por tudo isto quando o 25 de Abril soou com músicas de muitas palavras, os saneados foram às dúzias. Regressariam mais tarde, precisamente quando as palavras começaram a perder o seu sentido e as universidades privadas nasceram um pouco por toda a parte.

Arcílio como a quase totalidade da juventude portuguesa de então não conseguirá evitar a sua incorporação no exército colonial. Mas o 25 de Abril estava aí, a bater à porta.

Em brevíssima conclusão, o que se pode afiançar ao leitor é que estamos perante uma história pessoal sentida, um relato sincero que não só não branqueia coisa alguma como também não usa o negrejar do que quer que seja, para fazer vingar qualquer posição.

Estamos perante um relato que integra a síntese perfeita da dupla condição do aluno/professor. Só escreve assim quem assim sentiu o que escreve. O aluno que se foi e o professor que se é encontram-se na encruzilhada da memória, esse território essencial que oferece, talvez como nenhum outro, matéria-prima de reflexão.

Não estamos perante um dissertar distante sobre uma problemática neutra. Sob a forma de pequenas histórias cronologicamente arquitetadas, estamos perante um relato de uma vida que corresponde a um percurso escolar. E aí entra tudo. O currículo formal, o currículo oculto, a marca de um tempo dentro da escola e fora da escola. Socializações de régua e de bola, conhecimentos impostos e facultativos. Os espaços. Territórios de liberdade e de falta dela. Infâncias, adolescências e juventudes no quadro de um regime que, não deixando grandes folgas de respiração, propiciava outros fôlegos nas próprias margens.

O que Luís Souta nos conta, numa linguagem coloquial que vai fluindo ao longo das páginas, é o desenrolar educativo de um protagonista, que coincide com o crescimento de uma geração. A geração que fez o 25 de Abril e a guerra colonial. É que também na educação, ou melhor, sobretudo na educação, ninguém escapa à marca do seu tempo.

Um tempo, uma escola, uma vida. Uma memória.

Fundamental, para os historiadores da educação, este FA(r)Do Escolar.